

A Educação Pública de Mato Grosso do Sul está na luta por direitos. Você faz parte desta história. Junte-se a nós!

FETEMS reivindica Piso Salarial por 20 horas semanais e escolas paralisam atividades

A FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) realizou mais uma grande paralisação nesta terça-feira (3/12). Cerca de 75% das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino paralisaram suas atividades, incluindo um dos maiores estabelecimentos de Ensino Público Estadual de Campo Grande, a Escola Joaquim Murinho, localizada na Avenida Afonso Pena.

Mais de 400 trabalhadores em Educação de todo o estado estiveram reunidos em Assembleia Geral, e decidiram seguir em carreta até a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS) para protestar contra o Projeto de Lei da Proposta de Política Salarial apresentado pelo governo do estado.

Na Casa de Leis, o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, usou a tribuna, durante sessão ordinária, e disse que a categoria considera absurda a proposta apresentada pelo Poder Executivo. “Viemos pedir aos nossos deputados para não aprovarem na proposta que o governo encaminhará, pois não aceitamos o que foi apresentado. Nós estamos vindo de um bom processo de negociação, que resultou em conquistas históricas, como a questão da hora-atividade. Agora não dá para retroceder e aceitar a implantação do Piso por 20 horas em uma política de oito anos, como o Poder Público deseja. Isso quer dizer que só teremos o nosso direito garantido em 2023. É impossível até realizar um debate com este tipo de proposta”, afirmou.



Após a mobilização na ALMS, os trabalhadores voltaram à sede da FETEMS, onde decidiram que, caso o governo do Estado não retroceda, a categoria não vai iniciar o próximo ano letivo. Além disso, a Assembleia Geral agendou, para o dia 11 de dezembro, um Conselho de Presidentes, com representantes dos 72 sindicatos filiados, com o objetivo de definir o calendário de atividades referente à rejeição da proposta do governo do estado.

**POLÍTICA SALARIAL
PARA 20 HORAS**

GREVE GERAL
DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2014

CNTE apoia mobilização da FETEMS pelo piso salarial de 20 horas no Estado

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade representativa de mais de 3 milhões de profissionais das redes públicas de educação básica no país, à qual é filiada a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, manifesta irrestrito apoio à justa reivindicação da FETEMS pela vinculação do valor do Piso Salarial Nacional do magistério ao vencimento de carreira dos educadores no estado, equivalente à jornada de 20 horas semanais de trabalho.

O § 1º do art. 1º da Lei 11.738 dispõe que “o Piso Salarial Profissional Nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais”. Ou seja, nada impede que Estados e Municípios apliquem a referência nacional para jornadas inferiores às 40 horas, como acontece no vizinho Mato Grosso, que já detinha jornada de 30 horas antes da aprovação da Lei Federal e manteve a mesma carga horária para fins de aplicação do Piso Nacional.

A Lei do Piso, em momento algum, visa restringir direitos dos trabalhadores, e seu objetivo primordial é a equalização mínima das condições de trabalho dos profissionais do magistério no país. Isso, por sua vez, não engessa a política de valorização dos/as educadores/as das escolas públicas – que continua sendo prerrogativa dos gestores estaduais e municipais –, sempre que possível, em padrões acima do mínimo previsto na legislação nacional.

Ademais, cumpre registrar que, em 2012, em reunião com a FETEMS e a CNTE, o governador André Puccinelli comprometeu-se em apoiar a proposta dos trabalhadores em Educação para a atualização do Piso Salarial Nacional, que contrasta com a apresentada recentemente pelos governadores de estados, capitaneados pelo próprio governador de Mato Grosso do Sul.

Diante das justas reivindicações dos trabalhadores em Educação reunidos na FETEMS, a CNTE apoia o pleito pela vinculação do valor do Piso Nacional do magistério à jornada de 20 horas no Estado de Mato Grosso do Sul, que possui plenas condições para honrar esse com-

promisso. Também requer do governador André Puccinelli a retomada do acordo assumido com a CNTE e a FETEMS para atualização do Piso Nacional do magistério. Em razão do rompimento desse compromisso, a CNTE e seus sindicatos filiados

de todo país realizaram grande ato público no Congresso Nacional, dia 4 de dezembro, para exigir que deputados e senadores votassem contra o INPC e contra a proposta dos governadores, que rebaixa sobremaneira o piso do magistério.

Entenda a luta dos trabalhadores em Educação de MS



Assembleia Geral definiu mobilização da categoria



Carreata e manifestação na ALMS marcaram atividades do dia 3

A proposta defendida pela FETEMS prevê a instituição do Piso por 20 horas semanais, em um prazo de três anos. Atualmente, o governo paga R\$ 1.810,05 por 40 horas. No entanto, não houve um acordo, já que o governo propôs implementar a medida em oito anos. Há meses, a entidade está em negociação com o Poder Público e no aguardo de um posicionamento condizente à luta da categoria. Como isso não aconteceu, o caminho é a mobilização.